

## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO:** Comissão de Licitação.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para aquisição de combustível e lubrificantes para atender as necessidades da Prefeitura, das Secretarias e dos Fundos Municipais de Dom Eliseu-PA.

**ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES. ATENDIMENTO À ADMINISTRAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, IV, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. POSSIBILIDADE / LEGALIDADE.**

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de parecer jurídico acerca da legalidade de minutas contratuais, que tem como escopo a contratação de empresa especializada para aquisição de combustível e lubrificantes para atender as necessidades da Prefeitura, das Secretarias e dos Fundos Municipais de Dom Eliseu-PA.

Tal certame ocorre por intermédio do Processo Licitatório nº 7/2019-070101, com dispensa de licitação, nos termos dos artigos 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

É o breve relatório do necessário.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Inicialmente, é importante que se analise a possibilidade de utilização da dispensa de licitação para a contratação do objeto supramencionado.

No caso em tela, entende-se que o vínculo que se pretender firmar, com as estipulações de obrigações recíprocas, deverá efetivar-se por meio de contrato administrativo, sendo aquele formado entre a Administração e particular, regulado pelo Direito Público tendo no objeto alguma finalidade que traduza o interesse Público.

Portanto, tem-se que tal contrato administrativo deverá ser formado mediante processo licitatório, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal em seu art. 37 e a Lei Federal nº 8.666/93.

A licitação nos contratos demonstra-se como regra no ordenamento jurídico, porém, a Lei de Licitações apresenta situações excepcionais onde poderá haver a dispensa de licitação nas contratações realizadas pela Administração.

A dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24 da Lei de Licitações supramencionada.

Nas Lições de Marçal Justen Filho<sup>1</sup> acerca dos fundamentos ensejadores da dispensa da licitação:

*"a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."*

Entende-se que, excepcionalmente, quando o Poder Público pretende contratar uma empresa para prestação de serviços, visando atender as necessidades públicas, o administrador poderá dispensar o procedimento licitatório e contratar de forma direta, *ex vi* do art. 24, IV da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

<sup>1</sup> JUSTEN, Filho, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos administrativos. São Paulo, Dialética, 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**DOM ELISEU**  
A FAVOR DO POVO



Assim, o entendimento jurisprudencial, aqui exemplificado por decisão do TCM do Mato Grosso do Sul:

**EMENTA - DISPENSA DE LICITAÇÃO AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL CONTRATO ADMINISTRATIVO FORMALIZAÇÃO EXECUÇÃO FINANCEIRA PRESCRIÇÕES LEGAIS OBSERVÂNCIA REGULARIDADE RESSALVA REMESSA DE DOCUMENTOS INTEMPESTIVA MULTA. A dispensa de licitação, a formalização do contrato administrativo é regular por estarem em conformidade com as prescrições legais e as normas regulamentares, com ressalva pela remessa dos documentos fora do prazo previsto, ensejando a aplicação de multa ao responsável. A execução financeira do contrato administrativo é regular em razão das despesas realizadas estarem devidamente empenhadas, liquidadas e pagas, em conformidade com as normas de finanças públicas. ACÓRDÃO: Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 9ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 16 de maio de 2017, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em declarar a regularidade da dispensa de licitação, da formalização e da execução financeira do Contrato Administrativo n. 20/2015, celebrado entre o Município de Figueirão e a empresa de pequeno porte Wagner Lopes dos Santos, com ressalva pela remessa dos documentos referentes à formalização contratual fora do prazo legal, ensejando a aplicação de multa ao Sr. Rogerio Rodrigues Rosalin, no valor 30 (trinta) UFERMS, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para que a responsável acima nominado efetue o recolhimento da multa ao FUNTC, mediante comprovação de pagamento nos autos, sob pena de cobrança executiva judicial. Campo Grande, 16 de maio de 2017. Conselheiro Ronaldo Chadid Relator (TCE-MS - CONTRATO ADMINISTRATIVO: 126012015 MS 1611940, Relator: RONALDO CHADID, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 1772, de 10/05/2018) (destacou-se)**

Antes da contratação, necessário atentar-se ao preenchimento de requisitos necessário para legalidade da dispensa em casos como o em tela. São eles:

- Necessidade de empresa especializada para desempenho das atividades administrativas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DOM ELISEU**  
A FAVOR DO POVO

- Adequação da empresa especializada para satisfação do interesse público específico;
- Compatibilidade de preço dentro dos parâmetros exercidos no mercado.

Diante da análise dos autos, encontra-se inclusa a justificativa para a determinação da contratação de empresa especializada para atender o interesse Público e a finalidade supramencionada no objeto.

A continuidade do serviço público deve ser preservada sendo a contratação da empresa especializada que abriga o objeto em análise a forma adequada para a finalidade. Ainda, encontram-se em consonância com os requisitos necessários para dar legalidade a contratação que ora se propõe.

Portanto, quanto à realização de dispensa de licitação para a contratação de empresa especializada para aquisição de combustível e lubrificantes, objeto *sub examine*, na análise desta Assessoria Jurídica, não vislumbra qualquer irregularidade ou óbice para o procedimento.

Verificara-se presente a minuta contratual. Em análise, possui correta técnica redacional bem como não se vislumbra a necessidade de modificações nas justificativas ou cláusulas do mesmo. Portanto, nada a opor.

Por fim, feita a análise acima, verifica-se que foram preenchidos os requisitos exigidos em lei.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesta-se a Assessoria Jurídica Municipal pela legalidade do procedimento e da minuta contratual, objetos de análise do presente instrumento.

É o parecer. s.m.j.

Dom Eliseu-PA, 11 de julho de 2019.

**MIGUEL**

**BIZ:02873511907**

Assinado de forma digital por MIGUEL  
BIZ:02873511907  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF  
Assinado (EM BRANCO), ou=AR IOE PARA,  
cn=MIGUEL BIZ:02873511907  
Dados: 2019.07.11 11:40:47 -03'00'

**Miguel Biz**

**OAB/PA 15409B**